

O SISTEMA INTERNACIONAL EM DEBATE. Valdir Lemos Rios. Orientador: Marcos Tadeu Del Roio. Ciência Política. Ciências Sociais. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP Campus de Marília.

A Nova Ordem Internacional se configura a partir da queda do muro de Berlim (1989) e do esfacelamento do bloco soviético (1991). No auge da Guerra Fria apresentava-se, no Sistema Internacional (SI), a bipolaridade entre os Estados Unidos, representando o capitalismo e a União Soviética, representando o socialismo; fora da arena européia os países se situavam em um dos dois lados. Do lado Ocidental a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) defendia os limites fronteiriços, protegendo os interesses dos países capitalistas em contrapartida, o Pacto de Varsóvia (exército da união soviética), impunha aos países do leste europeu o modelo soviético, na medida que ocupava as fronteiras dos países para estabelecer a ordem de Moscou e acirrar a disputa com o bloco capitalista. Este antagonismo político-econômico acabou quando os conflitos e problemas econômicos internos à União Soviética causam fissuras ao longo de seu sistema, que se mostrou mais evidente com a ascensão de Gorbachev ao Estado Soviético na década de 80. Este, para reestruturar o país do ponto de vista político-econômico, criou a Perestroika e a Glasnost, sem êxitos. A queda do muro de Berlim e a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representam o último marco da Guerra Fria e, conseqüentemente, uma vitória da “suposta ordem liberal” e do mercado livre, em outras palavras, a supremacia dos países capitalista, em destaque dos Estados Unidos, no SI. Neste contexto, o governo de George W. Bush (pai), 1989-1992, foi enfático no anúncio feito ao novo cenário das relações internacionais, enfatizando o poder estadunidense ou estabelecendo uma Nova Ordem Internacional onde os Estados Unidos se coloca enquanto uma superpotência e, por assim o ser, como os responsáveis pela manutenção da ordem mundial. No entanto, algumas estruturas institucionais que se configuram no final da Segunda Guerra Mundial, como a ONU (Organização das Nações Unidas), FMI (Fundo Monetário Internacional), OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), foram algumas das instituições que continuaram sob o poder estadunidense, ou seja, órgãos os quais os Estados Unidos tinham sua supremacia assegurada.

No período da Guerra Fria, a bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética ocorria por meio de estruturas que tornavam o conflito direto entre as duas superpotências inviáveis, através do equilíbrio de poder, que funcionava a partir de uma auto-regulação, que organizava o SI. Quando alguma das potências ameaçava ou tornava vulnerável a segurança da outra, imediatamente a potência ameaçada tomava uma contra-reação, um exemplo disto, foi o que ocorreu na corrida armamentista, onde o suposto avanço dos EUA em termos tecnológicos, o que culminou na ida do homem a lua em 1961, fez com que a URSS passasse a destinar seu orçamento, em sua maioria, para o desenvolvimento de tecnologias espaciais e bélicas. Isto também pode ser caracterizado como contenção, onde ambas as potências adotavam medidas preventivas para conter o avanço uma da outra. Assim sendo, os conflitos que ocorreram ao longo da Guerra Fria podem ser caracterizados como conflitos regionais entre Estados, os quais eram contidos com a intervenção de alguma das potências com o intuito de se prevenir uma eventual guerra sistêmica, uma guerra entre outros Estados que fazem parte do SI. Outro fato é que cada Estado que tinha sua devida importância na sociedade de estados alinhava-se a algum dos dois pólos, nesse sentido, o objetivo de uma solução sistêmica de um conflito, e o alinhamento automático destes Estados, fornecia às potências uma certa previsibilidade quanto ao caráter do conflito e/ou das ameaças de.

Na sociedade norte-americana havia um clima de insatisfação com relação à política interna do governo Bush, caracterizado como o governo da política externa. Este incomodo por parte dos americanos era devido ao baixo desempenho das políticas internas – aumento do desemprego, diminuição das políticas assistenciais. Isto culminou na derrota de Bush para Bill Clinton, que assumiu seu primeiro mandato no período 1993-1996. Com o objetivo de reformular o papel dos EUA no cenário internacional, Clinton dizia não tomar posições unilaterais e reconhecia a influência e a importância de outras potências,

assim era difundida a idéia de valores universais comum à comunidade de Estados que geria as relações internacionais (R.I's). Por outro lado, o que acontecia objetivamente, a respeito da particularidade da situação doméstica dos Estados Unidos, era um baixo crescimento do mercado e para Paul Kenedy em "*Ascensão e queda das grandes potências*", verificava-se um declínio do poder econômico americano, que se acirra com a ascensão das economias japonesa e alemã, o que representou no final da década de 80 e início da década de 90, um reordenamento das R.I's.

Tendo em vista este contexto histórico é importante ressaltar a concepção de alguns autores acerca do SI.

Augusto Guilhon Albuquerque bem como outros consideram o SI contemporâneo como um sistema em transição, onde não se verifica a configuração de uma Nova Ordem Internacional, uma vez que a superpotência (EUA), vitoriosa no final da Guerra Fria, não detém o uma supremacia hegemônica, dimensão econômica – divide poder com o Japão e Alemanha – embora ainda seja uma liderança política e militar mundial. (citação p.61)

No entanto, os diversos autores do SI (ONU, FMI, OMC, G-7) compactuam com as idéias dos EUA, que exercem um papel de autoridade dentro dessas instituições. Um exemplo disto é a própria "guerra contra o terrorismo", que George W. Bush (filho), utilizando-se de princípios universais como defesa da liberdade, da democracia, forjou seus reais interesses. As guerras são promovidas com a justificativa de que alguns países representam grande risco para a paz mundial e deste modo invade países com o aval da ONU – vide a Guerra no Iraque, ainda em curso. Sobre este episódio, foi alegado que o Iraque de Saddam Hussein, possuía ogivas nucleares, armas de destruição em massa, o que na verificação da própria ONU não foi constatado. O verdadeiro objetivo é o controle da região que detém grande parte do petróleo mundial, ou seja, uma região do ponto de vista econômico e energético importante para ser anexada. (Em "*Sociedade Anárquica*" Hedley Bull demonstra como se molda o jogo de interesses nas RI's e afirma que no SI encontramos uma sociedade de estados anárquica, pois não há uma autoridade suprema dos Estados, sendo que tal autoridade fere a soberania do Estado-Nação e num território nacional é somente o Estado que detém o monopólio legítimo da força). Desta maneira, Guilhon concebe o pós-Guerra Fria como um período de despolitização com o fim da polarização entre EUA e URSS. Depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o discurso que permeia o SI é o do "eixo do mal", dos países que ameaçam a paz mundial e por isto precisam ser reprimidos. Nesse sentido, todos aqueles indivíduos, que são considerados "portadores de aspectos culturais duvidáveis" como nacionalidade, religião, tornam-se uma possível ameaça. Uma outra característica da conjuntura atual é a hegemonia dissociada, assim denominada por Guilhon, que se caracteriza por perda da supremacia econômica absoluta por parte dos EUA, e manutenção da liderança militar e política deste.

Outra interpretação é a de Antonio Negri e Michael Hardt em "*Império*", esta perspectiva se opõe à idéia de harmonia do SI, de que o mercado teria um papel de regular o sistema, bem como a idéia de unipolaridade. A compreensão de Império destes autores, remonta a tradição romana antiga, na qual esteve associado às origens cristãs da civilização européia. Essa concepção de Império une categorias jurídicas e valores éticos universais, que tem duas tendências fundamentais: a noção de direito, a partir de uma ordem que constrói um espaço civilizatório, e a noção de um espaço universal e limitado.

A partir da Renascença ocorre uma separação entre essas duas noções, por um lado o desenvolvimento, por parte do pensamento político, do conceito de "*direito internacional*", e por outro, o desenvolvimento de utopias de "paz perpétua". No primeiro caso, buscou-se a compreensão do Império Romano: a formação de uma ordem internacional que assegurasse a soberania entre os Estados. No segundo caso, a idéia de '*paz perpétua*' apareceu em toda Europa moderna, de Bernadim Saint-Pierre a Immanuel Kant. Essa concepção apresentava um ideal de razão, um pressuposto transcendental do sistema jurídico e um plano ideal de razão e ética. Um outro ponto é a concepção de "guerra justa", que remonta a tradição bíblica. Essa noção está ligada à percepção de que o Estado se vendo em uma situação de risco pode utilizar seu direito de ir a guerra. Isto é ainda utilizado como instrumento para legitimar o aparelho repressivo, baseado em justificativas de defesa de princípios universais e éticos para manter uma ordem desejada.

“... antigas noções de Império ajudam-nos a enunciar melhor a natureza desta nova ordem em formação. Como Tucídides, Lívio e Tácito nos ensinam (e Maquiavel, ao comentar suas obras), o Império é formado não com base na força, mas com base na capacidade de mostrar a força como algo a serviço do direito e da paz. Todas as intervenções de exércitos imperiais são solicitadas por uma ou mais partes envolvidas num conflito existente. O Império não nasce por vontade própria; é convocado a nascer e constituído com base em sua capacidade de resolver conflitos. O Império se forma e suas intervenções tornam-se juridicamente legitimadas somente quando já está inserido na cadeia de consensos internacionais destinados a resolver conflitos existentes...” (NEGRI E HARDT. 2003, p. 33).

Ocorre dois aspectos que caracterizam o modelo imperial: a função da excepcionalidade de intervenção, onde a autoridade que intervém tem a capacidade de definir as demandas de intervenção e a capacidade de mobilizar as forças para serem aplicadas nos arranjos em crise, tendo em vista a pluralidade de diversidade. Essa excepcionalidade gera uma forma de direito de polícia, que está inscrita no emprego da prevenção, da repressão e da força retórica destinadas à reconstrução social.

A transição do Império, ou seja, da velha ordem internacional para uma nova ordem internacional, a qual é caracterizada pelo Império, ocorre num processo de transformação dos paradigmas modernos. Alguns autores faziam uma análise de que o Imperialismo era o último fôlego do sistema capitalista, isto é, como se a tendência ‘natural’ de expansão do capitalismo havia se chegado num limite. No entanto, a década de 1920 demonstra outra coisa, com a crise em todos os países imperialistas da Europa era preciso reformular o sistema para uma futura saída da crise. Este papel coube aos Estados Unidos, que apresentou a proposta do *New Deal*, a concepção de um Estado do Bem-Estar Social (Welfare State), baseado numa política econômica *keynesiana*, a qual é colocada em questão com a crise da década de 1970, que comprometeu o sistema monetário estadunidense, bem como de outras economias centrais, assim como o modelo fordista de produção. De um modo geral, é diante deste contexto que se inicia um debate no cenário internacional a respeito da Nova Ordem Internacional, ou sobre uma transição, ou multipolaridade ou ainda unipolaridade dos Estados Unidos. A perspectiva que no sistema internacional (SI) defende a tese de “transição” tem seus pilares sustentados na afirmação de que não há novas estruturas de poder com objetivos de maximizar os interesses dos atores internacionais, portanto, não há uma Nova Ordem Internacional. Outra interpretação é de que o central da problemática não consiste na caracterização do sistema, e sim em analisar mais atentamente as estruturas hegemônicas de poder – como OMC, OTAN, FMI, ONU, etc. Tendo em vista este debate, a hipótese desta pesquisa é a de que há uma Nova Ordem Internacional pós Guerra Fria onde se verifica a hegemonia dos Estados Unidos, que detêm o poderio bélico, político e econômico, transposto para outros atores do SI, como OTAN, ONU e OMC, sob a aparência de princípios éticos e democráticos do livre mercado e de estabilidade internacional.

Objetivos

1. Investigar e compreender as várias visões acerca do SI.
2. Compreender o conceito de política externa, bem como o de hegemonia e o de relações internacionais.
3. Caracterizar a Nova Ordem Internacional.

Método e Materiais

Os fundamentos desta análise têm como base o estudo bibliográfico de temas como: Multipolaridade, Transição; Hegemonia; Política Externa dos EUA; Correntes das Relações Internacionais, etc. Através de uma metodologia de análise que privilegiará um olhar histórico-dialético, a reflexão metodológica levará em consideração as distintas correntes das relações internacionais, no entanto, a centralidade teórica das relações internacionais consistirá na abordagem de Gramsci, presente no Caderno 13.¹

Resultados e Discussão

Até então nossa pesquisa se deparou, em sua maioria, com concepções que contemporaneamente caracterizam o SI como um sistema em transição, algo polêmico ao nosso ver. Nestas, os Estados Unidos são apreendidos como uma potência que detém uma hegemonia restrita, no entanto, isto é algo a ser analisado nesta pesquisa, para assim objetivamente caracterizar o SI, obviamente levando em consideração o vasto quadro teórico existente.

Considerações Finais

Por vários motivos esta temática constitui-se como um objeto de estudo relevante, na medida em que se apresentam “novos paradigmas”, como, por exemplo, o da “pós-modernidade”, que vem caracterizar a sociedade contemporânea e o contexto mundial como algo em constante crise, desconsiderando o contexto histórico concreto, bem como as relações sociais contraditórias que reproduzem em âmbito doméstico uma ética-política em âmbito internacional no sentido de uma hegemonia predominante, restrita ou ampliada?

Referências Bibliográficas

ARON, R. Paz e Guerra entre as nações. Brasília: UNB/Ipri, 2001.

ALBUQUERQUE, A .G. Relações Internacionais Contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. O Fim da Guerra Fria e os Novos Conflitos Internacionais. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

AYERBE, L.F. Ocidente e o Resto: A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BULL, H. Sociedade Anárquica. Brasília: UNB/Ibri/Impa, 2002.

CHOMSKY, N. Novas e Velhas Ordens Mundiais. São Paulo: Scrita, 1996.

HARDT, M. NEGRI, T. Império. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HOBSBAWN, E. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

¹GRAMSCI. Cadernos do Cárcere (caderno 13): Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política“. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KENNEDY, P. Ascensão e Queda das Grandes Potências. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

NYEJR, J. S. O Paradoxo do Poder Americano: São Paulo: Unesp, 2002.

PECCEQUILLO, C. Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? Porto Alegre, UFRGS, 2003.